



TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇO POSTAIS

1. OBJETO

1.1. Contratação de prestação de serviço de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada – **SERVIÇOS POSTAIS**, que entre si fazem à COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A prestação de serviço, pela ECT, em questão visa garantir a continuidade dos serviços de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada, que atendam às necessidades da Administração Central da Companhia Brasileira de Trens Urbanos e suas Unidades Operacionais, possibilitando a troca de correspondências, documentos, projetos e demais serviços.

3. DA CONTRATAÇÃO DIRETA

3.1. No caso dos serviços de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada, à ECT, se trata de empresa de serviço público, conformando-se, ainda, como a única fornecedora possível desses serviços (AR, Carta Registrada, entre outros) no Distrito Federal e nos outros estados do Brasil, o que imporia a conclusão de que há inviabilidade de competição em virtude de fornecedor exclusivo, diante do exposto, fica exposto nos termos do caput do art. 30, da Lei 13.303/2016, in verbis:

“Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:...”

No entanto, o tema não oferece contornos tão simples, pois a Lei nº 13.303/2016 (artido 29, X) e o RILC/CBTU (artigo 204, X), trataram como dispensa de licitação a contratação para fornecimento ou suprimento de gás natural e energia elétrica, in verbis:

“Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:
(...)”

X - na contratação de concessionário, permissionário ou autorizado para fornecimento ou suprimento de energia elétrica ou gás natural e de outras prestadoras de serviço público, segundo as normas da legislação específica, desde que o objeto do contrato tenha pertinência com o serviço público.”

“Art. 204. O procedimento licitatório é dispensável nas seguintes hipóteses:(...)”

X - na contratação de concessionário, permissionário ou autorizado para fornecimento ou suprimento de energia elétrica ou gás natural e de outras prestadoras de serviço público, segundo as normas da legislação específica, desde que o objeto do contrato tenha pertinência com o serviço público.”

3.2. Por último, cumpre assinalar que, tendo em vista o seu caráter de serviço continuado, é possível a celebração do contrato com vigência de 60 (sessenta) meses nos termos da Lei 13.303/2016 e RILC/CBTU.

4. DOS PRAZOS

4.1 A contratação será formalizada mediante a assinatura do contrato de prestação de

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

serviços, que será firmado por um prazo inicial de 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei 13.303/2016 e RILC/CBTU.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. Executar, sempre que possível, diretamente o objeto da contratação, através de seus próprios meios e de profissionais que deverão possuir qualificação adequada ao tipo de serviço que estiver sendo realizado, conforme estabelecido neste Termo de Referência.
- 5.2. Entregar os serviços dentro dos prazos estabelecidos.
- 5.3. Responder por danos causados diretamente CBTU-AC ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo ou ainda de terceiros a serviço da CONTRATADA, quando da execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por esta Companhia.
- 5.4. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados.
- 5.5. Dispor da quantidade de funcionários e de parceiros comerciais necessários à entrega dos serviços e produtos solicitados dentro dos prazos retro estabelecidos.
- 5.6. Apresentar, sempre que solicitado, o detalhamento dos serviços prestados;
- 5.7. Manter, durante toda a execução do contrato a ser celebrado, a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo;
- 5.8. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e representantes indiretos (terceirização do serviço), obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento dos serviços em tela neste Termo de Referência;
- 5.9. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços a serem prestados.
- 5.10. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.
- 5.11. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da celebração de contrato.
- 5.12. Prestar os serviços com eficiência, competência e diligência, obedecendo ao disposto no contrato.
- 5.13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas os equipamentos da CONTRATADA em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, afetando assim o correto fornecimento.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto deste Termo, quando necessário.
- 6.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, com relação ao objeto deste contrato.
- 6.3. Assegurar-se da boa prestação e qualidade dos serviços prestados.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 6.4. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado.
- 6.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA.
- 6.6. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio de Gestor e Fiscal designados pela CONTRATANTE.
- 6.7. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento devido pela CONTRATANTE processar-se-á, mensalmente, mediante a apresentação da Nota Fiscal por parte da CONTRATADA, bem como de boleto bancário ou indicação dos dados bancários da CONTRATADA para que seja efetuado o crédito devido, em até 30 (trinta) dias.

8. DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1. Não Aplicável.

LEONARDO J VENTURA
GEAPO-CBTU/AC

Ratifico integralmente os termos do presente Termo de Referência.

EDUARDO HENRIQUE DE
CASTRO
Gerente Técnico de de Apoio
Operacional
GEAPO-CBTU/AC